

STJ00097208

Michel Miaille

INTRODUÇÃO CRÍTICA AO DIREITO

3.^a edição

2005

EDITORIAL E ESTAMPA

FICHA TÉCNICA

Título original: *Une Introduction Critique au Droit*

Tradução: Ana Prata

Capa: José Antunes

Ilustração da capa: *Justiça*, fresco de Rafael Sanzio no tecto
da Stanza della Segnatura, c. 1510

1.ª edição: Moraes Editores, 1979

2.ª edição: Editorial Estampa, 1988

3.ª edição: Editorial Estampa, Setembro de 2005

Impressão e acabamento: Rolo & Filhos II, S. A.

Depósito Legal n.º 232972/05

ISBN: 972-33-2175-0

Copyright: © Editions La Découverte, Paris, 1976

© Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1988

para a língua portuguesa

ÍNDICE

<i>PREFÁCIO</i>	13
<i>INTRODUÇÃO</i>	15
I. <i>Uma introdução</i>	16
II. <i>Uma introdução crítica</i>	20
III. <i>Uma introdução crítica ao direito</i>	25

PRIMEIRA PARTE EPISTEMOLOGIA E DIREITO

I — OS OBSTÁCULOS EPISTEMOLÓGICOS À CONSTITUIÇÃO DE UMA CIÊNCIA JURÍDICA	37
1. <i>A falsa transparência do direito</i>	38
1.1 O Empirismo na descoberta do Direito	39
1.2 O Positivismo na explicação do Direito	42
2. <i>O idealismo jurídico</i>	46
2.1 Abstracção e abstracção	48
2.2 O idealismo dos juristas como representação do mundo	50
2.3 Os resultados epistemológicos do idealismo dos juristas	53
3. <i>A independência da ciência jurídica</i>	57
II — A CONSTRUÇÃO DO OBJECTO DA CIÊNCIA JURÍDICA: A INSTÂNCIA JURÍDICA	63
1. <i>O lugar do direito como instância de um «todo complexo com dominante»</i>	68

1.1	O modo de produção da vida social.	69
1.2	As instâncias sociais: Base e superestrutura	72
1.3	O determinismo social: Uma causalidade estrutural	75
2.	<i>As características da instância jurídica (na sociedade capitalista)</i>	84
2.1	Os impasses de uma definição do «Direito»	85
2.2	Para uma caracterização da instância jurídica: Um sistema «normativo» da troca generalizada entre sujeitos de direito. O Fetichismo Jurídico	86
2.3	Rumo a uma definição da instância jurídica	96

SEGUNDA PARTE

A ARTE JURÍDICA E AS CONTRADIÇÕES SOCIAIS (NUM MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA)

I —	<i>OS FALSOS «DADOS» DO SISTEMA JURÍDICO</i>	111
1.	<i>Os «fundamentos» do direito</i>	112
1.1	O sujeito de direito	114
1.2	O Estado	121
1.3	A sociedade internacional.	135
2.	<i>As classificações jurídicas</i>	140
2.1	Direito objectivo — direitos subjectivos	141
2.2	Direito público — direito privado	151
2.3	Coisas e pessoas	160
II —	<i>O MAL «CONSTRUÍDO» DO SISTEMA JURÍDICO</i>	173
1.	<i>Lógica e «alógica» jurídica</i>	176
1.1	A lógica jurídica como lógica formal	177
1.2	Um exemplo de contraditoriedade na lógica formal: A «alógica» jurídica	186
1.3	Raciocínio ou argumentação?	195
2.	<i>O quadro geral da criação de direito: As fontes do direito</i>	197
2.1	Sistema das fontes do direito e formação social.	198
2.2	Sistema das fontes do direito na França contemporânea	207
3.	<i>As instituições jurídicas, quadros da actividade social.</i>	224

3.1	Da instituição jurisdicional	225
3.2	Algumas outras instituições	233

TERCEIRA PARTE
CIÊNCIA E IDEOLOGIAS JURÍDICAS

V I	— O FETICHISMO DO CONTEÚDO DO DIREITO: DA TEOLOGIA À SOCIOLOGIA	247
	A — CRÍTICA DAS DOCTRINAS IDEALISTAS.	247
	1. <i>As afirmações do idealismo jurídico.</i>	248
	1.1 O direito é um dado	249
	1.2 O direito é racional	259
	2. <i>Os impasses do idealismo</i>	266
	2.1 A variabilidade do conteúdo do direito natural	267
	2.2 A função do direito natural, uma função prático-social: à conquista do mundo antigo	271
	B — CRÍTICA DAS DOCTRINAS IDEALISTAS OU POSITIVISTAS.	275
	1. <i>A orientação do jurista realista positivista.</i>	276
	1.1 A atitude positivista	276
	1.2 A escola sociológica do direito	279
	1.3 Um novo positivismo: a escola fenomenológica	286
	2. <i>A insuficiência das análises positivistas e realistas</i>	290
II	— O FETICHISMO DA FORMA DO DIREITO: O UNIVERSO RÍGIDO DAS NORMAS.	295
	A — O FORMALISMO JURÍDICO: PARA UMA TEORIA PURA DO DIREITO.	299
	1. <i>Ciências da natureza e ciências morais: ser e dever ser.</i>	299
	1.1 Ciências da natureza e ciências morais	300
	1.2 Princípio de causalidade e princípio de imputabilidade	302
	2. <i>A pirâmide jurídica: estática e dinâmica jurídicas</i>	303

2.1	A pirâmide jurídica no seu aspecto estático: Normas e norma fundamental	304
2.2	A pirâmide jurídica no seu aspecto dinâmico: A formação de direito por graus	306
B — O ESTRUTURALISMO NOS JURISTAS OU O CÓDIGO DO CÓDIGO. .		308
1.	<i>A via estruturalista e a ciência jurídica</i>	309
2.	<i>Tentativas estruturalistas no direito</i>	311
C — Os LIMITES DO FETICHISMO FORMALISTA		317
<i>À MANEIRA DE CONCLUSÃO</i>		325